

UM SONHO DISTANTE NOVA FAMÍLIA DE BLINDADOS SOBRE RODAS



Exedito Carlos Stephani Bastos
Pesquisador de Assuntos Militares da
Universidade Federal de Juiz de Fora
exedito@editora.ufjf.br

Está ficando cada vez mais distante uma solução para a **NOVA FAMÍLIA DE BLINDADOS SOBRE RODAS** que deveria modernizar a frota no Exército Brasileiro. Mesmo com o repotenciamento que está sendo feito por algumas empresas privadas em parceria com o Arsenal de Guerra de São Paulo nos blindados EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu, como forma de prolongar a vida útil destes veículos, até a chegada de novos, a situação está ficando crítica e as necessidades aumentado a cada avanço e retrocesso em se ter uma solução definitiva.

Mesmo tendo lançado em agosto último, o **EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 001/2005 – CTEEx – PROJETO BÁSICO Nr 01/05**, visando aceitar propostas para a contratação dos Serviços Técnicos Especializados Correlatos ao Projeto da **Viatura Blindada de Transporte de Pessoal, Média – de Rodas (VBTP-MR) 6x6** que poderia vir a equipar as unidades do Exército Brasileiro em adição/substituição gradual aos blindados EE-11 Urutu, cujo projeto básico descrito no referido edital, em seu anexo I, informava que o novo veículo “*será similar à VBTP URUTU em uso corrente no Exército Brasileiro (EB), apresentada na figura 1, com a introdução de atualizações*”.

Feito isto, todo o processo licitatório foi concluído, e a assinatura do contrato com a empresa vencedora acabou não ocorrendo, visto que a verba destinada ao projeto teve de ser gasta em coisas mais urgentes, anulando esta e adiando para o próximo ano uma nova licitação, com diversas modificações em seu próximo edital. Na realidade apenas duas empresas apareceram, sem nenhuma multinacional, o que causou uma grande frustração e destas apenas uma apresentou documentação completa.

O referido edital não previa a construção de um protótipo e também não garantia que o vencedor fosse participar de sua construção e até mesmo de uma futura pré-série, o que provavelmente será incluído no novo, o que poderá ser um estímulo para que participem muitas empresas.

A idéia era desenvolver um projeto de viatura com o maior índice de simplicidade e nacionalização possível, algo em torno de 60%, e um preço capaz de ser suportado pelo Exército, em razão dos problemas orçamentários enfrentados pelas Forças Armadas, que se agravam ano a ano e se não forem solucionados nos levarão ao imobilismo.

Muitas inovações foram deixadas de lado em razão de custos e da própria falta de visão sobre os conflitos da atualidade que envolve o emprego de veículos blindados em áreas urbanas. As nossas experiências reais são frutos da participação na segunda guerra mundial onde absorvemos o conceito 6x6 (M-8 Greyhound) e estamos com ele até os dias de hoje, além de missões em forças de paz em Angola e Moçambique e agora no Haiti, onde detectamos grandes deficiências em nosso meio blindado (EE-11 Urutu), principalmente no emprego que está sendo dado a estes veículos, tanto que a **CENTIGON BLINDAGENS DO BRASIL LTDA**, ex-O'Gara-Hess do Brasil, acoplou a dois deles no Arsenal de Guerra de São Paulo, uma lâmina frontal do tipo buldozer para remoções de obstáculos nas principais vias das cidades haitianas, muito embora produzimos e exportamos, nos anos 80, uma versão deste mesmo veículo para a Tunísia que ainda o opera na sua força policial anti-distúrbio.



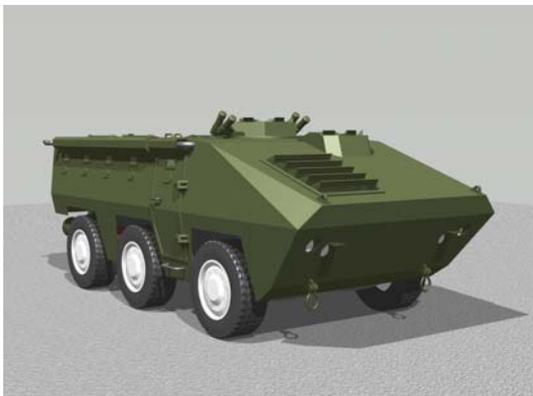
Dois momentos distintos, repotenciamento dos EE-11 Urutu no AGSP para o EB no Haiti, com e sem lâmina buldozer. (Crédito das fotos: AGSP)



Versão do EE-11 Urutu anti-motim desenvolvido pela extinta Engesa nos anos 80 e exportados para a Tunísia. (Crédito da foto: Coleção autor)

Em momento algum foi previsto o uso de blindagens adicionais a este novo projeto, limitando-se apenas a possuir uma suspensão independente em suas seis rodas, mas mantendo de certa forma todas as características de seu antecessor, com a inclusão de itens como ar condicionado, visão noturna, guincho, sistema de navegação inercial/GPS, NBQ, dentre outros.

Em alguns estudos e apresentações anteriores, de projetos, para a nova família de blindados, foi dada a denominação de **URUTU II** e **III**, mas com a preocupação de se evitar problemas legais estes nomes deixaram de ser usados, muito embora a IMBEL seja a detentora dos projetos da Engesa, ganho na justiça, para uma dúvida sobre o registro dos nomes.



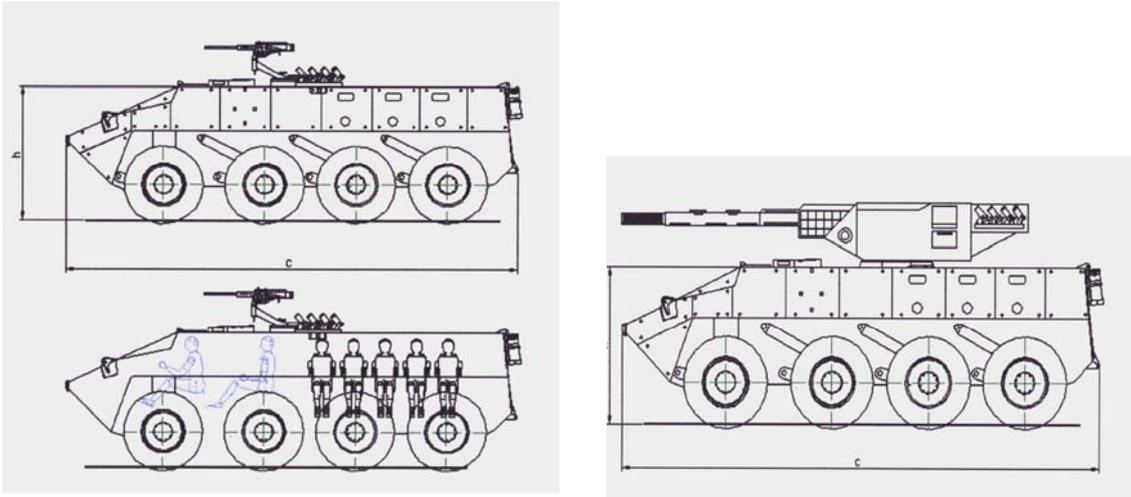
Projeto do futuro URUTU III apresentados pela Empresa Commando Veículos Especiais em 2005. (Crédito das fotos: coleção autor)

Um ponto inovador e importante foi o constante do item 9.1. do referido edital onde diz: *“Todos os direitos de propriedade, inclusive intelectual, na qual compreendem a propriedade industrial e a de software, inclusive todos os desenhos, eventualmente gerada no desenvolvimento dos projetos relacionados à execução do objeto desta licitação, bem como os direitos atinentes à eventual exploração dos respectivos resultados, serão exclusivos do EB.”*, evitando-se assim alguns erros do passado que nos trouxe grandes problemas, principalmente em função das falências de algumas empresas, cujos projetos as pertenciam, sem ter como dar continuidade e manter a produção de peças de reposição.

Testamos diversos veículos blindados estrangeiros sobre rodas desde 2000 (Piranha, Centauro, Pátria AMV), quando foi mencionado que iríamos renovar a nossa frota com a Nova Família de Blindados sobre Rodas e até o momento não conseguimos comprar ou fazermos parcerias para uma produção local. Algumas empresas brasileiras chegaram a apresentar alguns projetos, mas que também não foram adiante, por total falta de incentivo e garantia de compras mínimas que justifiquem os investimentos.



Mowag Piranha 8x8 em testes no Brasil, ao lado de um EE-9 Cascavel em 2002 e Pátria AMV 8x8 em testes na Marambaia em 2004. (Crédito das fotos: autor)



Projeto desenvolvido pela AVIBRÁS para a Nova Família de Blindados sobre Rodas, na versão 8x8, mas que se encontra paralisado. (Crédito dos desenhos: Avibrás)

Se realmente queremos levar adiante estes projetos, é necessário compreender e definir os **porquês, para quê e de que forma pretendemos**, no futuro, empregarmos estas forças. **Qual o nível de tecnologia que queremos e necessitamos**, visto que não temos ambições expansionistas, mas precisamos criar um bloco regional, que sem dúvida caberá a nós ser o elo e a força maior para que a região possa ter mais voz ativa no conturbado século XXI, cujo horizonte não é dos melhores.

No passado as empresas ligadas à área de defesa degladiavam entre si, fazendo com que muitos projetos fossem largados de lado, numa competição que caminhava para uma quase hegemonia de um determinado grupo, sendo que muitas das soluções e necessidades reais de nossas Forças Armadas fossem esquecidas e passamos então a sonhar com um grau de sofisticação muito distante de nossa realidade, tanto que hoje continuamos a comprar equipamentos de segunda mão excedentes da Europa e Estados Unidos, muito embora em vários casos havia um similar nacional muita das vezes superior ao que vem sendo adquirido.

Um ponto extremamente positivo foi a aprovação pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, da **POLÍTICA NACIONAL DA INDÚSTRIA DE DEFESA – PNID** (Portaria Normativa 899/MD, de 19 de Julho de 2005) que visa revitalizar um setor que se encontra em crise aguda, desde a segunda metade dos anos 90, e longe de conseguir recuperar os anos dourados das décadas de 70 e 80, onde provou ser possível repotenciar, manter, adaptar e criar soluções brasileiras que poderiam nos ter dado uma grande independência em diversas áreas dentro das Forças Armadas.

O objetivo maior da PNID é o **FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA**, visando à diminuição progressiva da dependência externa em produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente, buscando uma melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos na área, através da ampliação da capacidade de aquisição de produtos de defesa produzidos pela indústria nacional que possam atender às Forças Armadas.

Mas para que isto ocorra será necessária uma conscientização de toda a sociedade quanto à necessidade do País dispor de uma forte Base Industrial de Defesa, calcado no Decreto nº 5.484, de 30 de Junho de 2005 que criou a **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL** e dentre suas orientações estratégicas podemos citar “**O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologia de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa**”.

Não se pode esquecer a vontade política e uma visão estratégica de longo prazo, que até o momento nos tem faltado, mas como disse um antigo dirigente da indústria de defesa brasileira: “*O desejo de ter um equipamento brasileiro deve ser dos brasileiros e não dos fabricantes mundiais*”.

